

DOCUMENTO

*ISA*

Documentação

PROJECÇÃO AMBIENTAL

Fonte: *Cesp (Espaço Aberto)*

Data: *12/6/2001* Pg *12*

Class: *37*

JOSE GOLDEMBERG

# Os responsáveis pela crise energética

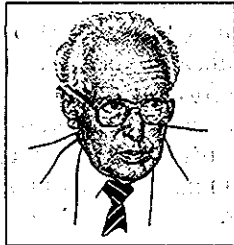
A principal utilidade de olhar para o passado é evitar cometer erros no futuro. É por essa razão que vale a pena analisar o que aconteceu com o extraordinário sistema elétrico brasileiro. Ele permitiu atender às necessidades do povo brasileiro e manter um elevado ritmo de crescimento durante longo tempo, mas se revela agora cheio de problemas e nos lança numa crise e num período de incertezas, inquietações e, provavelmente, desaceleração econômica.

O que teria ocorrido? Incompetência ou – o que seria mais grave – algum problema estrutural mais difícil de corrigir do que simples má gestão?

Como de hábito, diante de problemas complexos, a verdade não é simples e há um pouco dos dois componentes mencionadas acima, com predominância de problemas estruturais.

O sistema elétrico brasileiro baseou-se até agora, quase que exclusivamente, em energia hidrelétrica, aproveitando recursos naturais abundantes do País em rios caudalosos e perenes, como o São Francisco, o Tietê, o Paraná, o Tocantins e tantos outros. A construção de barragens e a formação de lagos artificiais, com imensos reservatórios de água, são inerentes a essa tecnologia e planejados de forma a enfrentar variações anuais do regime de chuvas. É claro que não há garantia absoluta de chuvas na época certa e, portanto, existe um certo elemento de vulnerabilidade num sistema como esse. Para se proteger disso seria preciso fazer reservatórios ainda maiores, mais caros e com maiores impactos sociais e ambientais.

Sucedendo que o regime de chuvas neste ano foi insuficiente para levar os reservatórios a um nível seguro, visto que a demanda de eletricidade continuou a crescer e desde 1997 os estamos drenando acima do limite seguro. As perspecti-



**O que houve foi uma combinação de incompetência e problemas estruturais**

vas são de que eles cheguem a um nível abaixo do tolerável até o fim do ano, o que significaria racionamento de energia e "apagões". Para economizar água o governo está introduzindo limitações ao uso de eletricidade, que talvez nos permitam atravessar a crise atual sem maiores colapsos.

O que se pode perguntar é se

existiam medidas preventivas para evitar esta situação e por que motivos não foram tomadas a tempo. As razões, ao que parece, são as seguintes:

■ O governo, como um todo, não levou a sério os alertas quanto ao esvaziamento gradativo dos reservatórios, esperando que as chuvas do último verão resolvessem o problema. A razão para tal é que há anos alguns grupos do setor elétrico tentam alarmar a sociedade e o governo com a ameaça de falta de eletricidade – que não ocorreu – como meio de conseguir mais recursos. Seus reclamos caíram no vazio, porque sua credibilidade era baixa.

■ O Ministério de Minas e Energia tentou ampliar a geração de energia com termoeletricas a gás, o que, efetivamente, resolveria o problema, do ponto de vista técnico. Contudo, esse programa emergencial não decolou, em razão das dificuldades para a implantação de regras que tornassem viáveis os investimentos privados nessa área. Entre as causas para esse insucesso, que são complexas, houve, de um lado, a resistência da Aneel a permitir que o reajuste das tarifas de eletricidade ocorresse com frequência maior que a anual, permitindo que o repasse de todos os custos relacionados com a compra de energia elétrica pelas distribuidoras fosse feito quando houvesse desvalorização de nossa moeda e, de outro, a resistência da área econômica do governo e da Petrobrás em equacionar os riscos cambiais decorrentes da compra do gás natural importado

da Bolívia.

Há, aqui, uma incompreensão geral das características dos investimentos no setor elétrico: pela sua própria natureza, eles são de retorno lento e não tão compensadores como outros, como as telecomunicações. Eles exigem, portanto, um ambiente regulatório estável e, em muitos casos, garantias governamentais. É por isso que grande parte dos empreendimentos hidrelétricos foi feita, no passado, com empréstimos do Banco Mundial ou com recursos do Tesouro a juros baixos e com longos períodos de amortização, por meio de empresas estatais. Investimentos em geração de energia elétrica, num ambiente competitivo, exigem cuidados especiais; quando eles não existem, como ocorreu na Califórnia, os investidores em geração se desinteressam e procuram outras regiões para investir. Isso foi o que aconteceu no Brasil com as termoeletricas, a não ser aquelas em que a Petrobrás se envolveu.

■ A reforma do sistema elétrico foi apenas parcial, em razão do insucesso do programa de privatização da área de geração de eletricidade, que, na realidade, não chegou a ocorrer no âmbito federal. Ela se restringiu à privatização da Cesp, em São Paulo, e a algumas empresas no Sul do País. Desse modo, a privatização se deu apenas com as empresas de distribuição de energia, enquanto a geração permaneceu estatal. As empresas estatais, contrariamente ao que dizem alguns, puderam fazer investimentos, dentro de limites fixados pela área econômica, limites esses determinados pela necessidade do ajuste fiscal e das contas externas.

Argumentam alguns que esses limites foram muito baixos. A verdade é que os investimentos nas estatais foram elevados nos últimos anos (mais de R\$ 8 bilhões por ano), tanto que não há falta de potência instalada, e sim de água. Aqui, ao que parece, houve mesmo incompetência do setor responsável pelo uso dos recursos disponíveis, que poderiam ter sido dirigidos para melhorar a interligação do sistema Sudeste com o Norte e o Sul (onde há excesso de eletricidade) e na interligação com

os países vizinhos, sobretudo com a Argentina, de onde a energia poderia ser importada. Caberiam também investimentos na diversificação das fontes de energia. Isso não foi feito com o empenho devido. É possível que as empresas estatais pudessem ter investido mais, mas isso seria claramente inconsistente com a decisão do governo de dar continuidade à privatização do setor.

■ É inútil especular sobre o que teria ocorrido se as estatais geradoras tivessem sido privatizadas e se os seus compradores tivessem feito os investimentos necessários, o que é duvidoso diante do mesmo sistema regulatório, pouco encorajador, que impediu o programa de termoeletricas de decolar. O governo havia esgotado sua capacidade de investimentos na área e era indispensável criar condições aceitáveis para a iniciativa privada, o que não ocorreu. Essa é, provavelmente, a razão por que as distribuidoras privatizadas também não investiram em geração dentro dos limites permitidos pela Aneel, que poderia tê-las forçado a fazê-lo.

Finalmente, muitas das medidas de conservação de eletricidade, que estão sendo tomadas agora pela população, deveriam ter sido encorajadas há muito tempo, porque se justificavam tanto do ponto de vista técnico como econômico. O governo como um todo e a Eletrobrás, em particular, nunca deram muita atenção a elas, preferindo sempre investir em suprimento, por meio de grandes obras, e não na racionalização da demanda.

Olhando para o futuro, há dois ensinamentos que já se podem tirar da crise:

■ O governo aprendeu quão importante é diversificar as fontes de energia e, particularmente, de eletricidade;

■ e a sociedade aprendeu quão importantes são a conservação de energia e o seu uso mais eficiente. Em 15 dias, mais progresso foi feito nessa área do que nos 15 anos em que a Eletrobrás (por intermédio do Procel) tentou fazê-lo.

■ José Goldemberg foi presidente das empresas de energia do Estado de São Paulo (Cesp, Eletropaulo, Cpf e Comgás)